



3835 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

O GERENCIALISMO E A PERDA DO SENTIDO POLÍTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
Maria da Conceição Fonseca - UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Arlene Maria Soares de Medeiros - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a perda do sentido político da gestão escolar democrática frente ao gerencialismo a partir da visão de Hannah Arendt (2017) e de outros autores. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a entrevista. Percebemos que há uma relação entre a gestão democrática e o gerencialismo, sendo esta pautada através do capital, e os resultados dessa relação é o controle dos princípios democráticos na escola em favor da administração gerencial.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo. Gestão democrática. Sentido político.

O GERENCIALISMO E A PERDA DO SENTIDO POLÍTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a perda do sentido político da gestão escolar democrática frente ao gerencialismo a partir da visão de Hannah Arendt (2017) e de outros autores. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a entrevista. Percebemos que há uma relação entre a gestão democrática e o gerencialismo, sendo esta pautada através do capital, e os resultados dessa relação é o controle dos princípios democráticos na escola em favor da administração gerencial.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo. Gestão democrática. Sentido político.

INTRODUÇÃO

O termo gerencialismo retrata um movimento de implantação na gestão pública de técnicas de gestão importadas do setor privado cujos princípios são eficiência, eficácia, competitividade e produtividade (SANTIAGO *et al.*, 2003). Esse modelo retrata a supremacia das políticas públicas orientadas pelo capitalismo e pelo neoliberalismo em governos inseridos na perspectiva de redução de gastos por parte do Estado com os serviços públicos justificado pela crise econômica e política.

Essa administração foi implantada nas instituições públicas brasileiras a partir do Plano de Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE ocorrida na gestão Fernando Henrique Cardoso e do ministro da reforma administrativa, Luiz Carlos Bresser-Pereira, no entanto a sua interposição nas instituições educativas, especificamente nas do estado do Rio Grande do Norte (RN), somente foi percebida nos últimos dez anos através das parcerias público-privadas desenvolvidas por grandes empresas de capital particular (Vivo Telefônica, Banco Itaú e Fundação Lemann) e o governo do RN.

Paralelo a esse modelo de administração, a educação desenvolveu a perspectiva da gestão democrática já firmada na Constituição Federal (1988) e reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases (1996). No RN, a gestão democrática é inserida na educação com a Lei Complementar N.º 290/2005, substituída pela Lei N.º 585/2016 cujos princípios básicos são a autonomia, a participação e a descentralização das ações do Estado (DOURADO, 2006).

A relevância deste trabalho está em compreender a perda do sentido político do gestor escolar eleito democraticamente frente ao gerencialismo. Objetivamos compreender a participação nos espaços da esfera pública, um dos princípios fundantes da gestão democrática, a partir do pensamento de Arendt (2017) mesmo que sumariamente. Como problemática, questionamos: **qual o sentido da gestão escolar democrática em contextos em que o gerencialismo aparece como enfrentamento dos problemas educacionais no RN?**

Quanto ao referencial teórico, apoiamos-nos em Lima (2007) e Arendt (2017). Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, realizada com dois gestores de escola do Ensino Fundamental, que por questões de anonimato trataremos como "Escola A" e "Escola B". Essas instituições têm seus gestores eleitos democraticamente, no qual cada participante da entrevista está desenvolvendo sua segunda gestão e suas escolas estão inseridas no projeto do governo do RN em parcerias público-privada, apresentando o gerencialismo como orientador da gestão democrática no espaço escolar.

1 GERENCIALISMO E CONTROLE DA DEMOCRACIA: O DOMÍNIO NA ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS

Atualmente, o gerencialismo tem se tornado a forma de gestão das escolas públicas, pautado em princípios da administração privada, tendo como orientação as concepções advindas da globalização e do neoliberalismo. Para controlar as condições democráticas da escola esse paradigma de gestão precisou controlar os princípios da democracia, transformando-os em suas próprias diretrizes e promovendo o sucesso de sua adoção.

Na visão de Lima (2007, p. 120), os princípios da gestão democrática ao serem incorporados pelo gerencialismo “se despoja[m] de sentido político”. Para Arendt (2017), esse seria um movimento de dominação e de violência de um modelo sobre o outro em virtude de que não houve participação dos interessados na decisão, mas uma imposição pelo Estado. O sentido político deixa de existir, pois a autora conceitua política como a capacidade de ação - participação e decisão - em conjunto (ARENDR, 2017).

O ingresso da razão mercadológica nas escolas permitida pelo Estado constitui um exercício de poder, de anulação do espaço público, de retirada da participação, da ação e do discurso democrático. O controle desses aspectos impede o indivíduo de agir político e historicamente, anulando as possibilidades de se tornar sujeito (CARVALHO, 2017) e possivelmente rescindir a perspectiva da natalidade.

Nesse sentido, as parcerias do público-privado que estão se instituindo nas escolas do RN, espaço desta pesquisa, tem contribuído para que a natalidade do gestor não ocorra e este continue sob o controle do capital. Para Arendt, a natalidade diz respeito ao novo que rompe o velho. Desse modo, poderíamos comparar que a gestão democrática e o gerencialismo se configuram nas escolas do RN como administrações que estão se tornando engessadas, enquanto que cada nova gestão, cada novo gestor é o novo que vem trazendo a possibilidade de romper o engessamento e fazer uma gestão diferente da anterior.

A perda do espaço público de deliberações e do próprio exercício da política perpassa a figura do gestor, tornando-o opaco no desenvolvimento dos princípios democráticos e mero executor das políticas educacionais mercantis (PARO, 2015), assim como perde a liberdade de decisão e de participação alcançadas por meio da democracia, tornando-se passivo em relação ao gerencialismo e chegando a condição de controle. Para Arendt (2006), a liberdade está relacionada ao exercício das atividades públicas, é o sentido de ser da política. Logo, é compreensivo que o gerencialismo quer fazer principalmente o desenvolvimento de uma vontade homogênea, não-plural e passiva cuja figura do inimigo se traduz no fracasso do ensino e da aprendizagem apresentados nos índices das avaliações externas.

A razão mercadológica busca anular o espaço público, anulando revoga a participação e as vozes que se erguem em resistência. É no espaço público, na participação, que se encontra a atividade política por excelência. Para Arendt (2017), toda essa situação poderia ser denominada com pretensões de políticas totalitárias, por tratar de um espaço para o trabalho mecânico em que predomina apenas uma voz. Os sujeitos já não exercem mais o papel de cidadãos, cumprem deveres impostos pela força do gerencialismo e das políticas externas avassaladoras. Nas escolas, essa imposição do gerencialismo é considerado antipolítico, pois retira dos sujeitos a possibilidade de se verem nas decisões de sua comunidade escolar.

Essa concepção de participação proposta pelo gerencialismo se diferencia da ideia arendtiana, a qual para a pensadora é o resgate do político, configurado para além da simples aparição do sujeito na cena pública. A autora traz o sentido de pluralidade que dá forma a comunidade e justifica a atividade política vinculando-a ao diálogo: “[...] o homem, na medida em que é um ser político, é dotado do dom da fala” (ARENDR, 2017, p. 20). Na escola, onde o gestor é considerado democrático, é necessário que haja um lugar de encontro, de ação e de palavra entre sujeitos iguais.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas dos questionamentos foram obtidas a partir das entrevistas realizadas no espaço escolar com o fim de compreender o sentido dado pelo gestor quanto a presença do gerencialismo trazido pelas empresas parceiras no espaço escolar e sua dominância sobre os princípios democráticos, em específico à participação. Utilizamos da entrevista por possibilitar a compreensão do sentimento e do sentido do objeto investigado, além das descrições das ações (RIBEIRO, 2008). Selecionamos duas questões e duas respostas que apontam sobre o sentido e a compreensão do gestor acerca da administração gerencial, fenômeno recente no RN, mas com fortes indícios de resistência e permanência.

Um dos questionamentos fundamentais foi saber como o gestor escolar percebe o gerencialismo em sua escola, já que ele faz parte da realidade cotidiana do fazer deste profissional. Assim, os gestores se posicionaram:

O gerencialismo chegou a escola pela empresa que estabeleceu a parceria do público-privado. Desde o ano passado a escola recebeu a ajuda da empresa para organizar sua dinâmica de funcionamento, recebemos treinamento e orientação de como organizar com qualidade (eficiência, eficácia e maior rendimento) a vida da escola. Isso se refere em como a gestão deve funcionar, os professores organizarem planejamentos, abordagens metodológicas e outras coisas (Entrevista Gestor da Escola A, em abril de 2018).

Quando a escola recebeu o comunicado pela Secretaria de Educação que receberia o programa de parceria fiquei inicialmente meio temerosa, pensava que seria mais uma intromissão do Estado. Recebemos treinamento e indícios de como organizar a escola para funcionar com mais qualidade e obter melhoras no SIMAIS, IDEB e outras avaliações (Entrevista Gestor da Escola B, em abril de 2018).

As escolas não escolheram recebê-lo, foi indicação do governo a partir dos baixos índices nas avaliações externas, o que nos permite compreender que a participação da comunidade escolar nas decisões da instituição de ensino não ocorreu. Esse aspecto retrata a subjugação das escolas aos interesses das parcerias, como aponta Mellegari (2012, p. 17): “a lógica de uma ideia única propiciou que milhares de pessoas fossem manipuladas e conduzidas como um corpo social único”. As escolas foram convencidas que precisavam de ajuda para melhorar seu rendimento, para isso treinou gestores e professores para melhorar os índices de rendimento. Para o gesto, então, o gerencialismo veio para contribuir com o desenvolvimento da escola.

Outro questionamento foi saber como a gestão (democrática) se relaciona com o gerencialismo. Essa pergunta é central, cuja compreensão a necessidade de não perdermos de vista a consolidação de uma gestão democrática pautada na participação, nas decisões coletivas. Sobre isso, os gestores escolares responderam:

Acho que bem, recebemos sempre a visita do assessor responsável pelas orientações da empresa parceira, ele nos passa as orientações, faz a análise das atividades e propostas que já foram implantadas. Isso acontece em reunião com o corpo da escola, ouvimos e ele nos apresenta os próximos passos (Entrevista Gestor da Escola A, em abril de 2018).

O responsável por orientar as atividades vem sempre a escola, reúne-se com a gestão para saber como a escola está caminhando, depois reúne o grupo de professores para conversar e passar algumas orientações. Algumas vezes percebo que os professores não gostam, falam que não acham correto algumas orientações, outros ficam calados, mas sempre afirmam que a situação que a escola está vivenciando termina por retirar a autonomia deles (Entrevista Gestor da Escola B, em abril de 2018).

A presença de um assessor externo orientando as atividades da escola para alcançar os princípios do gerencialismo, o treinamento do gestor e de sua equipe permitiu perceber a ausência de liberdade da ação do gestor, a doutrinação do discurso e a restrição da liberdade. Sentido político da gestão é inexistente, pois sem a participação dos sujeitos interessandos nas decisões não pode existir política, no sentido arendtiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento arendtiano adotado apresenta a perda do aspecto político da gestão. O gerencialismo retirou da comunidade escolar a participação e o diálogo entre os sujeitos, doutrinando suas atividades ao ato de obediência a partir de orientações externas, configurando-as como as melhores para a elevação dos índices e das avaliação que as escolas participam.

A compreensão dos gestores é que o estabelecimento das parcerias entre escolas e instituições privadas é uma relação de cooperação, a empresa se dispõe a ajudar a escola a melhorar seus serviços através de um redimensionamento de suas ações e discursos, permitindo-a implantar seus princípios na escola, anulando a concepção democrática, ou se revestindo desses princípios para solidificar suas intenções; também não é perceptível para o gestor sua mudança de compreensão da gestão democrática, que recebe treinamento para desenvolver os princípios do gerencialismo, pondo em risco os princípios da democracia que deveria pautar suas ações nas atividades da escola. O que depreendemos é que o treinamento do gestor através da eficiência, da eficácia, da competitividade e da produtividade levará a sua atividade de gestão a se revestir de gerência.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988** – Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Lei N.º 9.394 de 20 dezembro de 1996** - Estabele as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CARVALHO, J. S. F. **Educação, uma herança sem testamento**: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DOURADO, L. F. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da educação**: tendências atuais, novos desafios. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, L. A deliberação democrática nas escolas: os procedimentos gerenciais e as decisões políticas. In: SANCHES, M. F. C. (Org.). **Cidadania e liderança escolar**. Porto: Porto Editora, 2007, p. 39-55.

MELLEGARI, I. L. S. **Direitos humanos e cidadania**: no pensamento de Hannah Arendt. Curitiba: Juruá, 2012.

PARO, V. H. **Diretor escolar**: educador ou gerente. São Paulo: Cortez, 2015.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008. Disponível em: < <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/328/310>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar N.º 290 de 16 de fevereiro de 2005 - Dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Disponível em: < <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000067614.PDF>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Lei Complementar N.º 585 de 30 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a Gestão Democrática e Participativa da Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Disponível em: < <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000137417.PDF>> . Acesso em: 11 jul. 2018.

SANTIAGO, R. *et al.* Modelos de governos, gerencialismo e avaliação institucional das universidades. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n.1, 2003, p. 75-99. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/374/37416104.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.